

**INFORMAÇÃO SOBRE A PROTEÇÃO DE DADOS NOS PEDIDOS DE AUTORIZAÇÃO DE ACESSO E
REUTILIZAÇÃO DE DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS
DA INSPEÇÃO-GERAL DE FINANÇAS - AUTORIDADE DE AUDITORIA (IGF)**

1. Responsável pelo tratamento de dados pessoais

O responsável pelo tratamento dos dados pessoais recolhidos é a IGF, com sede na Rua Angelina Vidal, n.º 41, 1199-005, Lisboa, NIPC n.º 600019608, sendo o tratamento efetuado no respeito pelo Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (RGPD), e demais legislação de proteção de dados aplicável.

2. Fundamento e finalidade do tratamento de dados pessoais

Fundamento – Cumprimento de obrigações legais cometidas à IGF, designadamente, as previstas na Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto (Lei de Acesso aos Documentos Administrativos – LADA).

Finalidade – Receção, apreciação e resposta a pedidos de acesso e reutilização de documentos da IGF, nos termos do disposto nos artigos 12.º, n.º 2, e 21.º da LADA. Para estas finalidades, a falta de fornecimento de dados de identificação pode implicar a impossibilidade de resposta ao pedido.

3. Conservação

O prazo de conservação é de 10 anos, sem prejuízo de tratamento posterior para efeitos de arquivo histórico. Os dados pessoais são mantidos em condições de segurança durante o período necessário à prossecução da finalidade de tratamento e enquanto durar o prazo de conservação.

4. Destinatários

Os dados pessoais recolhidos podem ser comunicados à:

- Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd);
- Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos;
- Outras entidades, se a IGF a isso for obrigada por lei ou decisão judicial; e
- A/O interessada/o que se encontre munido de autorização escrita da/o titular dos dados, explícita e específica quanto à finalidade e tipo de dados, ou que demonstre possuir um interesse legítimo, pessoal e direto, constitucionalmente protegido e suficientemente relevante que justifique o acesso pretendido, nos termos da LADA.

5. Decisões individuais automatizadas

O tratamento dos dados recolhidos não implica a tomada de decisões individuais automatizadas.

6. Transferência de dados pessoais

Os dados recolhidos não são objeto de transferências internacionais.

7. Direitos do titular dos dados

Em observância do estabelecido no RGPD e demais legislação de proteção de dados aplicável, a/o titular dos dados tem direito de acesso, retificação, limitação, oposição e não sujeição a decisões individuais automatizadas, portabilidade e apagamento dos seus dados pessoais, podendo também opor-se ao seu tratamento, mediante pedido escrito dirigido à IGF, para o endereço de correio eletrónico epd@igf.gov.pt

8. Reclamação

Para assuntos relacionados com o tratamento de dados pessoais, deve ser dirigida comunicação escrita à EPD para um dos seguintes contactos:

- Endereço de correio eletrónico: epd@igf.gov.pt
- Endereço profissional: Rua Angelina Vidal, n.º 41, 1199-005, Lisboa

A/O titular dos dados pode apresentar reclamação junto da CNPD, com o endereço de correio eletrónico geral@cnpd.pt, ou portal em <https://www.cnpd.pt>, enquanto autoridade de controlo

9. Política de Privacidade

Pode ser consultada a [Política de Privacidade da IGF](#) com o fim de obter mais informações sobre Proteção de dados pessoais.